



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Duda Ramos** - MDB/RR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.216, DE 2024

Altera Decreto-Lei No 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para tornar como qualificados os crimes de ato obsceno e escrito ou objeto obsceno quando praticados em escolas e universidades públicas.

Autor: Deputado NIKOLAS FERREIRA

Relator: Deputado DUDA RAMOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.216, de 2024, de autoria do Deputado Nikolas Ferreira, pretende alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de instituir como qualificados os crimes de ato obsceno e escrito ou objeto obsceno quando praticados em escolas e universidades públicas.

Para tanto, altera os arts. 233 e 234 do referido diploma, acrescentando dispositivos que preveem um aumento de pena nos casos em que os crimes de ato obsceno e escrito ou objeto obsceno sejam praticados nesses tipos de estabelecimento público, responsáveis pela oferta educacional em nível básico ou superior.

Conforme Despacho do dia 25/11/2024, a matéria foi distribuída, para análise de mérito, às Comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que também se pronunciará sobre sua



constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Após a análise pelas Comissões, a proposição está sujeita à apreciação pelo Plenário, e seu regime de tramitação é o ordinário, nos termos do art. 24, I, e art. 151, III, ambos do RICD.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

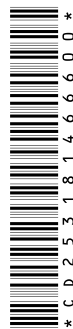
Sob a autoria do nobre Deputado Nikolas Ferreira, o Projeto de Lei nº 4.216, de 2024, busca tornar qualificados os crimes de ato obsceno e escrito ou objeto obsceno quando estes forem praticados em escolas e universidades públicas.

Para que se possa ter a devida compreensão de porquê a iniciativa em tela é meritória e deve prosperar, é fundamental contextualizá-la, retomando alguns dos principais episódios que motivaram a sua apresentação.

Em 2023, uma performance artística de conotação sexual¹ foi exibida no interior de quatro escolas pertencentes à rede pública municipal de educação do Rio de Janeiro. A apresentação, que envolvia uma dançarina com máscara de cavalo, simulando movimentos de “galope” em cima de um homem, sob a letra de uma música que fazia menção a um cavalo no cio, foi presenciada por dezenas de crianças, filmada, e acabou sendo amplamente divulgada nas redes sociais. A repercussão negativa do caso foi tamanha, que levou ao afastamento dos diretores das quatro unidades onde ocorreram as apresentações, e à publicação de um vídeo por parte do próprio prefeito da cidade, no qual se posicionou veementemente contra a exposição das crianças a conteúdos inapropriados justamente no ambiente escolar, dedicado à sua proteção e ao seu desenvolvimento.

Outro episódio digno de nota, e que está diretamente relacionado à apresentação do Projeto de Lei em exame, ocorreu em 2024, em

¹ <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/08/30/grupo-responsavel-por-apresentacao-com-cavalo-tarado-em-escola-municipal-ganhou-edital-de-r-50-mil-do-municipio.ghtml>



um evento acadêmico promovido pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em dado momento do evento², uma das palestrantes convidadas – que, além de pesquisadora, é artista – reproduziu uma de suas canções, considerada inadequada no contexto acadêmico-científico em que se encontrava, e realizou uma performance em que mostrava as nádegas. Diante da ampla divulgação do ocorrido, a própria instituição emitiu um pronunciamento informando que averiguaria o fato e tomaria as providências cabíveis. Afinal, embora se reconheça que a Universidade é, por excelência, um espaço plural e dialógico de divulgação do conhecimento, também não se pode prescindir da manutenção de um ambiente harmônico e respeitoso para todos os membros da comunidade acadêmica.

Episódios como esses, cuja frequência infelizmente não tem sido tão rara quanto se esperaria, têm fomentado o debate público sobre até que ponto atos considerados artísticos, performáticos ou até mesmo pedagógicos podem ser justificáveis no contexto de escolas e universidades. Têm demandado, ainda, a elaboração de respostas legislativas que enfrentem o desafio da regulamentação, visando ao equilíbrio entre liberdade e responsabilidade.

Nesse processo, é fundamental lembrarmos a missão precípua dos espaços educacionais. Conforme consagrado no art. 205 de nossa Carta Magna, a educação tem como objetivo garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para tanto, entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino mencionadas no art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), está justamente a promoção de ambiente escolar seguro (inciso XI).

A exposição de crianças e adolescentes – indivíduos em fase de formação psicológica e emocional, que integram os principais sujeitos da escolarização básica – a atos obscenos ou conteúdos impróprios à sua idade pode impactar negativamente seu desenvolvimento e rendimento escolar, bem como causar desconfortos e danos à sua saúde mental. É fundamental,

² <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/video-palestrante-mostra-nadegas-durante-evento-universidade-apura-conduta/>



portanto, que os ambientes escolares sejam preservados como espaços de aprendizagem e proteção integral à infância e à adolescência.

De modo semelhante, a educação superior – que se relaciona aos “níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística” (art. 208, V, da Constituição Federal) – tem suas finalidades expressamente elencadas no art. 43 da LDB. Entre elas, podemos destacar: a formação de diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira; o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica; a promoção e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, e a comunicação do saber através do ensino e de publicações; e o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, juntamente à prestação de serviços especializados à comunidade, com a qual se deve estabelecer uma relação de reciprocidade.

Observa-se, portanto, que há uma espécie de contrato social a ser respeitado quando se trata da própria razão de ser das instituições de educação superior, sobretudo as públicas. Isto é, o retorno à sociedade do investimento que nelas é feito, em prol da construção de conhecimento especializado e da formação de profissionais que contribuirão para o seu desenvolvimento e para o atendimento de suas demandas.

O desvio de tais finalidades, assim como a permissividade para a ocorrência de atos alheios à sua missão institucional, pode comprometer a imagem dessas instituições, afetar negativamente a reputação do País no cenário internacional, e prejudicar o valor acadêmico e profissional dos diplomas emitidos. Afinal, a repercussão social de eventos como os descritos anteriormente tende a enfraquecer a confiança pública nas instituições educacionais e, dessa forma, prejudicar a própria garantia do direito à educação.

O Projeto de Lei em análise acerta ao conferir a essa problemática a atenção devida, propondo o aperfeiçoamento do nosso ordenamento jurídico no sentido de adequar a gravidade de atos já tipificados no Código Penal Brasileiro ao local em que são cometidos. Ao considerar que a



prática de atos obscenos em lugar público ou a exposição pública de objetos obscenos são agravados quando cometidos no âmbito de estabelecimentos educacionais, a proposta reconhece a importância prática e simbólica desses ambientes, dotados de uma função pública especial, que requer proteção reforçada.

Cabe destacar que esse tipo de qualificação encontra precedentes em outras áreas, o que aponta para uma lógica jurídica em assegurar maior proteção normativa a espaços educacionais. Um exemplo é a pena do homicídio contra menor de quatorze anos (sobre a qual dispõe o § 2º-B do art. 121 do Código Penal), que é aumentada de dois terços se o crime for praticado em instituição de educação básica pública ou privada. Reconhece-se, portanto, a gravidade ainda maior de crimes quando estes ocorrem no interior de espaços especialmente projetados para garantir a proteção de crianças e adolescentes.

Por fim, buscando contribuir com o aprimoramento da proposta, apresentamos um Substitutivo no qual, além de ajustar pequenos detalhes de técnica legislativa, propomos:

- a menção a “estabelecimentos de educação básica e superior” em substituição a “escolas e universidades”, por se tratar de termo mais abrangente, que contempla diferentes formas de organização acadêmica das instituições de educação superior; e
- a ênfase na proteção do público infanto-juvenil, por meio da menção explícita a “estabelecimentos de educação básica” e “estabelecimentos de educação superior acessíveis a crianças e adolescentes”.

A respeito deste último ponto, buscamos alinhamento tanto a tendências internacionais – com base em legislações de países como o Canadá³ e o Reino Unido⁴, que mencionam expressamente menores de dezesseis anos quando da tipificação ou qualificação de crimes de prática ou exposição a atos obscenos, ou seja, um público em idade escolar – quanto à perspectiva apresentada pelo Autor na Justificação de sua proposição:

³ Seção 173 do Código Penal Canadense, disponível em: <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/c-46/section-173.html>

⁴ Seção 12 do *Sexual Offences Act* (2003), disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2003/42/section/12>



“Importante destacar que a pena em abstrato prevista para os crimes qualificados pelo presente projeto está em consonância com o Capítulo II – Dos Crimes Sexuais contra Vulnerável do Código Penal Brasileiro, **que prevê penas mais graves em situações que envolvem vítimas em condições de maior vulnerabilidade, como crianças e adolescentes**, frequentemente presentes nas escolas e universidades públicas. Esta equiparação busca garantir a devida proteção desses grupos, preservando a integridade moral e a dignidade nos espaços educacionais”.

Como a principal inovação legislativa trazida pela proposta trata do agravamento das penas para a prática de atos obscenos em determinadas situações, consideramos oportuno que os qualificadores em questão envolvam a presença do público infanto-juvenil, considerando justamente sua condição de maior vulnerabilidade. Dessa forma, a inovação proposta vem a complementar outras iniciativas de salvaguarda da infância e da adolescência, como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

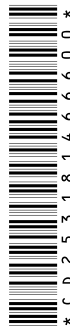
Estamos seguros, ainda, de que as penalidades previstas, bem como a proposta como um todo, podem vir a ser novamente aprimoradas no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que também se pronunciará quanto ao seu mérito.

Com a certeza de que a proposição em tela reforça o compromisso do Estado com a proteção da infância e da adolescência, sobretudo em instituições educacionais, a fim de preservar sua função precípua de garantia do direito humano à educação, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 4.216, de 2024, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 08 de julho de 2025.

Deputado DUDA RAMOS
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO



SUBSTITUTIVO A PROJETO DE LEI Nº 4.216, DE 2024

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar como qualificados os crimes de ato obsceno e escrito ou objeto obsceno quando praticados em estabelecimentos de educação básica ou estabelecimentos de educação superior acessíveis a crianças e adolescentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), instituindo como qualificados os crimes de ato obsceno e escrito ou objeto obsceno quando praticados em estabelecimentos de educação básica ou estabelecimentos de educação superior acessíveis a crianças e adolescentes.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações em seus arts. 233 e 234:

“Art. 233.

§1º Se o ato obsceno for praticado em estabelecimentos de educação básica, ou estabelecimentos de educação superior acessíveis a crianças e adolescentes, a pena será de detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 2º Na mesma pena do § 1º incorre quem promover, facilitar ou participar de performances, exposições ou eventos de natureza obscena nas dependências de estabelecimentos de educação básica, ou estabelecimentos de educação superior acessíveis a crianças e adolescentes, com ou sem consentimento prévio das autoridades responsáveis. ” (NR)

“Art. 234.

§ 2º Se a divulgação, promoção ou exposição ocorrer nas dependências de estabelecimentos de educação básica, ou



estabelecimentos de educação superior acessíveis a crianças e adolescentes, a pena será de detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. ” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 08 de julho de 2025.

Deputado DUDA RAMOS
Relator

2025-9917

